GESTÃO E ADMINISTRAÇÃO ESCOLAR

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Gestão e Administração Escolar foi idealizado com o intuito de adquirir conhecimentos acerca da área de gestão e da administração escolar e assim garantindo o alinhamento dos diversos setores de modo que tenham as condições necessárias para alcançar os objetivos gerais da escola. Sendo assim, unindo os conhecimento sobre gestão escolar que tem como função principal otimizar processos diários, aumentar e melhorar a eficiência do ensino dentro da instituição com os conhecimentos sobre a administração escolar que envolve os processos de planejamento, organização, direção e ações corretivas no ambiente educativo.

OBJETIVO

Oportunizar aos profissionais da área educacional, princípios e valores entrelaçados à função de gestor e administrador escolar, resgatando o seu verdadeiro papel na Escola, tornando-os aptos ao crescimento profissional individual e da instituição em que estão inseridos.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS: ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

75	**Pesquisa e Educação a Distância**	**30**

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3. LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

277	**Processos Avaliativos e Gestão**	**45**

APRESENTAÇÃO

Abordagem da avaliação e seus processos em relação à gestão educacional vigente (avaliação da aprendizagem e avaliação institucional).

OBJETIVO GERAL

Apresentar questões básicas da avaliação educacional, quais sejam: suas finalidades e concepções e a necessária relação entre ambas.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Abordar a questão da formação de pessoal em avaliação educacional, as características assumidas pelas avaliações implementadas, tanto na educação básica, como no ensino superior;
Contribuir para a formação e o aperfeiçoamento de pesquisadores e técnicos em avaliação de desempenho escolar e institucional em sistemas de ensino;
Reconhecer a Avaliação institucional como necessidade e condições para a sua realização.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIMENSÕES DA AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E FINALIDADES DA
AVALIAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AVALIAÇÃO DE SISTEMAS EDUCACIONAIS NO BRASIL
AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: NECESSIDADE E CONDIÇÕES
PARA A SUA REALIZAÇÃO
AVALIAÇÃO E GESTÃO: POSSIBILIDADES DE EMANCIPAÇÃO E
A PERSPECTIVA DA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
AVALIAÇÃO E GESTÃO DEMOCRÁTICA NA REGULAÇÃO DA
EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA: UMA RELAÇÃO A AVALIAR

REFERÊNCIA BÁSICA

ALGARTE, R.A. Produção de pesquisas em administração da educação no Brasil: relatório final. Brasília: ANPAE, 1998. (Estudos e Pesquisas, n. 3).
BORDIGNON, G.; GRACINDO, R.V. Gestão da educação: o município e a escola. In:
FERREIRA, N.S.C.; AGUIAR, M.A.S. (Org.). Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos. São Paulo: Cortez, 2000. p. 147-176.
BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1999.
COELHO, V.S.P.; NOBRE, M. (Org.). Participação e deliberação: teoria democrática e experiências institucionais no Brasil contemporâneo. São Paulo: Editora 34, 2004.
CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO, 1., 1980, São Paulo. Anais... São Paulo: Cortez, 1981.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ANPED — Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (2005). 40 Anos da Pós-Graduação em Educação. Revista Brasileira de Educação. São Paulo: ANPED/Autores Associados.
BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto (1995). Resultados do SAEB 1995: a escola que os alunos freqüentam. Brasília: MEC.

PERIÓDICOS

CASTRO, Cláudio de M. & Sanguinetty, Jorge A. (1977). Custos e determinantes da educação na América Latina: resultados preliminares. Rio de Janeiro: INTED.
CEARÁ (2009). Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica — SPAECE. Fortaleza: Secretaria de Estado da Educação.
ESPOSITO, Yara L. (coord.); SÃO PAULO (Estado) & Secretaria da Educação (2000). Sistema de avaliação de rendimento escolar do Estado de São Paulo — SARESP 98: conhecendo os resultados da avaliação. São Paulo: SEE/FDE.
FLETCHER, Philip R. (1991). Avaliação do perfil cognitivo da população brasileira. São Paulo, Estudos em Avaliação Educacional, 4, pp. 27-64.

273	Educação e as Tecnologias da Informação e da Comunicação	60

APRESENTAÇÃO

Criação e experimentação de novas formas de aprender e de ensinar, relacionadas ao uso de tecnologias. Proporcionar conhecimentos que capacitem para a prática de ensino/aprendizagem e colaboração/cooperação. Propõe o uso da tecnologia da informação e comunicação para domínio de novos instrumentos tecnológicos com o fim de ministrar aulas e realizar trabalhos coletivos. Além disso, visa uma qualificação condizente com o contexto regional, social e profissional de atuação.

OBJETIVO GERAL

Explicar a criação e experimentação de novas formas de aprender e de ensinar, relacionadas ao uso de tecnologias.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Proporcionar conhecimentos que capacitem para a prática de ensino/aprendizagem e colaboração/cooperação;
Interpretar o uso da tecnologia da informação e comunicação para domínio de novos instrumentos tecnológicos com o fim de ministrar aulas e realizar trabalhos coletivos;
Visar uma qualificação condizente com o contexto regional, social e profissional de atuação.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

O PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E AS TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO
O CONTEXTO DOS NOVOS RECURSOS TECNOLÓGICOS DE
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A ESCOLA
INFERIOR DO FORMULÁRIO TECNOLOGIAS DA
INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SOBRE REDE E
ESCOLAS
INFOVIAS E EDUCAÇÃO

REFERÊNCIA BÁSICA

BATTRO, A.M.; FISHER, K.W.; LÊNA, P.J. (Org.). The educated brain: essays in neuroeducation. Cambridge: Cambridge University, 2008.
BRANDÃO, J.S. Mitologia grega. Rio de Janeiro: Vozes, 1987. v. 1.
CHARTIER, R. A história cultural entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand,1999.
DAMASIO, A. O erro de Descartes: emoção, razão e o cérebro humano. São Paulo: Cia dasLetras, 1996.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

FREUD, S. Projeto para uma teoria científica In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras completas de Sigmund Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977. v. 1.
GRIMAL, P. Dicionário de mitologia grega e romana. Trad. de Victor Jabouille. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
LEWIN, K. Teoria de campo em Ciência Social. São Paulo: Pioneira, 1951.
NUNES, J.M.G. Linguagem e cognição. Rio de Janeiro: LTC, 2006.
OSTROWER, F. A sensibilidade do intelecto. 7. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 1998.
PAIN, S. A função da ignorância. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

PERIÓDICOS

BARRETO, A.A. As palavras voam, a escrita permanece: a aventura do hipertexto. DataGramaZero: Revista de Ciência da Informação, Rio de Janeiro, v. 5, n. 5, p. 1-10, 2004. Disponível em: <http:// www.dgz.org.br/out04/F_I_art.htm>. Acesso em: 2 ago. 2008.

164	Gestão e Organização de Ambientes para o Desenvolvimento de Crianças de 0 a 5 Anos	60

APRESENTAÇÃO

A gestão e a organização da creche e do pré-escolar. A organização do espaço da sala de aula, o acesso aos materiais e os tipos de materiais disponíveis: a segurança; Os espaços adequados para a realização da rotina na educação infantil; A brinquedoteca: Adequações da proposta do ensino fundamental para crianças de 05 anos; Aspectos legais da gestão na educação infantil..

OBJETIVO GERAL

Compreender a importância da gestão e organização de espaços adequados para o desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Evidenciar os aspectos legais da gestão na educação infantil;
- Analisar as adequações da proposta do ensino fundamental para crianças de 0 a 5 anos;
- Identificar os tipos de materiais disponíveis para o desenvolvimento de crianças de 0 a 5 anos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A GESTÃO E A ORGANIZAÇÃO DA CRECHE E PRÉ-ESCOLA
1. ORGANIZAÇÃO DO TEMPO E DO ESPAÇO NA EDUCAÇÃO INFANTIL – PESQUISAS E PRÁTICAS.
A GESTÃO DO TEMPO NA EDUCAÇÃO INFANTIL
1. O COTIDIANO NA SALA DE AULA
2. O PLANEJAMENTO
3. ROTINAS, TEMPOS E ESPAÇOS
4. BRINCADEIRAS, TEMPOS E ESPAÇOS
5. CURRÍCULO, TEMPOS E ESPAÇOS
A BRINQUEDOTECA
1. O SURGIMENTO DAS BRINQUEDOTECAS
2. A BRINQUEDOTECA E A LUDICIDADE
3. A BRINQUEDOTECA EM DIFERENTES CONTEXTOS
3.1 BRIQUEDOTECAS HOSPITALARES

3.2 BRIQUEDOTECAS UNIVERSITÁRIAS
3.3 BRINQUEDOTECAS EM ESCOLAS
3.5 BRINQUEDOTECAS EM BIBLIOTECAS
3.6 BRINQUEDOTECAS TERAPÊUTICAS E BRINQUEDOTECAS TEMPORÁRIAS
4. O BRINQUEDO E A BRINCADEIRA: INSTRUMENTOS DO BRINCAR

4.1 O BRINQUEDISTA E A FORMAÇÃO DO EDUCADOR.
4.2 ELEMENTOS BÁSICOS NA ORGANIZAÇÃO DE UMA BRINQUEDOTECA

REFERÊNCIA BÁSICA

SANTOS, Santa Marli Pires dos.Brinquedoteca: O lúdico em diferentes contextos. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO. Proposta Pedagógica da Educação Infantil. Cadernos Pedagógicos 15. 2.ed. revisada e ampliada. Porto Alegre. Dezembro, 1999.
TAILLE, Yves de La. Piaget, Vygotsky e Wallon: Teorias psicogenéticas em discussão. São Paulo: Summus, 1992.
VYGOTSKI, L. S. O papel do brinquedo no desenvolvimento. In: Vygotsky, L. S. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1988.
VOLPATO, Gildo. Jogo e brinquedo: reflexões a partir da teoria crítica. Educ. Soc. [online]. vol.23, n.81. 2002.
WAJSKOP, Gisela. O brincar na Educação Infantil. Caderno de Pesquisa, São Paulo, n.92, p. 62-69, fev. 1995.
ZABALA, Antoni. A Prática Educativa. Porto Alegre: Artmed, 1998.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LIMA, Jaqueline da Silva. A importância do brincar e do brinquedo para crianças de três a quatro anos na Educação Infantil. Pedagogia em Foco, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: Acesso em: 16 de out 2009.
NEGRINE, Airton.Será que brincar é coisa séria? Boletim informativo da Agab, v.2. 1998.
OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. (Org.). A criança e seu desenvolvimento: perspectivas para se discutir a Educação Infantil. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2000.
PIAGET, Jean. A psicologia da criança. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
RESENDE, Fillipe. Figueiredo. DE B.; FONSECA, Ingrid. Ferreira. A formação profissional dos brinquedistas. Ong campo em ação, 2009.

PERIÓDICOS

FESCHER, Luciana Lopez.A Importância de Brincar. Disponível em:<http://guiadobebe.uol.com.br>. Acesso em: 20 jun. 2013.

76	Metodologia do Ensino Superior	30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO, Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

77	**Metodologia do Trabalho Científico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

137	**Políticas de Educação de Jovens e Adultos no Brasil: o Novo Cenário da Educação**	**45**

APRESENTAÇÃO

Política educacional e contexto social. Atuais políticas de educação para jovens e adultos. Programas de educação de jovens e adultos na história brasileira. A constituição de 1988 e o direito de todos ao ensino fundamental. Financiamento público: FUNDEF e FUNDEB. Os Parâmetros Curriculares Nacionais.

OBJETIVO GERAL

• Discutir sobre o estudo e análise das políticas de educação de jovens e adultos no Brasil: o novo cenário da educação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Refletir sobre as perspectivas teóricas e práticas atuais dos Programas de educação de jovens e adultos; • Discutir as Políticas Educacionais, enquanto política pública social; • Identificar e problematizar impactos das políticas educacionais no cotidiano da vida escolar e nas identidades dos atores escolares.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRINCÍPIOS DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO BRASIL 1. ALFABETIZAÇÃO DE ADULTOS NA PAUTA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS 2. ALFABETIZAÇÃO E CONSCIENTIZAÇÃO 3. O MOBRAL E A EDUCAÇÃO POPULAR 4. EDUCAÇÃO BÁSICA DE JOVENS E ADULTOS: CONSOLIDANDO PRÁTICAS 5. NOVAS PERSPECTIVAS NA APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA 6. NOVOS SIGNIFICADOS PARA AS APRENDIZAGENS ESCOLARES 7. DESAFIOS PARA OS ANOS 90 PARÂMETROS LEGAIS DA EJA 1. RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS 1. ASPECTOS HISTÓRICOS DA EJA NO BRASIL 2. VYGOTSKY 3. A EJA E LDB 4. PROPOSTAS 5. DIVISÃO DOS ALUNOS POR FAIXA ETÁRIA 6. VALORIZAÇÃO DOS CONHECIMENTOS PRÉVIOS DOS ALUNOS 7. AUTONOMIA 8. O FORTALECIMENTO DA AUTO-ESTIMA 9. RELAÇÃO PROFESSOR ALUNO 10. O ESTABELECIMENTO DE RELAÇÕES ENTRE SABER ESCOLAR/TRABALHO A EDUCAÇÃO CONTINUADA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL 1. EDUCAÇÃO CONTINUADA E ESCOLARIZAÇÃO O LEGADO DE PAULO FREIRE: PASSADO OU ATUALIDADE?

REFERÊNCIA BÁSICA

BENJAMIN, César. A opção brasileira. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998. FREIRE, Paulo. Educação como prática da liberdade. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. GADOTTI, Moacir. Pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 1995. LOURENÇO FILHO, M. B. Tendências da Educação Brasileira. São Paulo: Melhoramentos, 1940. PAIVA, V. P. Educação Popular e Educação de Adultos. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1983.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Célio. Educação e Autoritarismo no Estado Novo. São Paulo: Cortez, 1981. DI ROCCO, G. M. J. Educação de Adultos: uma contribuição para seu estudo no Brasil. São Paulo: Loyola, 1979. DREIFUSS, René A. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder, e golpe de classe. 3. ed. HADDAD, Sérgio. Educação continuada e as políticas públicas no Brasil. In RIBEIRO, Vera (org) Educação de Jovens e Adultos – novos leitores, novas leituras. Mercado das Letras, ABL; Ação Educativa. Campinas. SP, 2001. PARÂMETROS LEGAIS DA EJA - RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 1, DE 5 DE JULHO DE 2000 RIBEIRO, Vera Maria. Analfabetismo e Atitude. São Paulo, Ação Educativa Papirus. 1999. SEN, Amartya. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Cia das Letras. 2000.

PERIÓDICOS

FAVERO, Osmar. O legado de Paulo Freire: passado ou atualidade? REVEJ@ - Revista de Educação de Jovens e Adultos, v. 1, p. 39-44. Belo Horizonte, ago. 2007.

APRESENTAÇÃO

Política e legislação educacional brasileira para o nível básico: análise contextualizada da atual legislação, da política educacional e dos problemas decorrentes da sua implantação.

OBJETIVO GERAL

Compreender toda e qualquer ação de responsabilidade do Estado, que visa o bem-estar social do povo, tendo como sustentáculo os órgãos políticos e as entidades da sociedade civil. Elas se consolidam num processo de tomada de decisões que decorrem as normas, as regras e as leis de um país.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Entender que, as Políticas Públicas se consolidam num processo de tomada de decisões que decorrem as leis de um país, assim funciona como um instrumento para melhorar o ensino e aprendizagem validada pela LDB. Você como futuro professor deverá saber que as leis na qual regulamentam o sistema educativo tem o poder de influenciar na formação dos indivíduos através da escola.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1.LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL
2.O SISTEMA FEDERATIVO BRASILEIRO E A EDUCAÇÃO
3.A EDUCAÇÃO NO TEXTO CONSTITUCIONAL
4.A ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA, DE ACORDO COM A LEGISLAÇÃO
5.OS SISTEMAS DE ENSINO E SEU FUNCIONAMENTO
6.FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO
7.CUSTO ALUNO QUALIDADE (CAQ)
8.O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL
9.ENSINO MÉDIO
10.EDUCAÇÃO INFANTIL
11.COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE AS DIRETRIZES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL
12.COMO ESTÁ ORGANIZADO O ENSINO FUNDAMENTAL
13.COMO ESTÁ ORGANIZADO O ENSINO MÉDIO
14.EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – EJA
15.EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
16.EDUCAÇÃO INCLUSIVA
17.EDUCAÇÃO ESPECIAL
18.A EDUCAÇÃO ESPECIAL NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (PNE)
19.EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA
20.EDUCAÇÃO QUILOMBOLA
21.EDUCAÇÃO NO CAMPO
A POLÍTICA NACIONAL PARA A FORMAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇAO

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11738.htm. Acesso em: 05 dez. 2012f.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 jul. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11741.htm. Acesso em: 18 dez. 2012m.

PERIÓDICOS

BRASIL. Lei nº 12.287, de 13 de julho de 2010. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, no tocante ao ensino da arte. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 jul. 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12287.htm. Acesso em: 17 dez. 2012g.

99	A Função da Escola na Construção de Valores Sociomorais	30

APRESENTAÇÃO

A escola enquanto espaço de formação social, fonte vital de cidadania, um instrumento do aprendizado, da segurança, da proteção e inserção da criança e do adolescente no seu meio social. Um lugar para a construção do conhecimento, do raciocínio crítico a fim de instrumentalizar os indivíduos para que alcancem a autonomia e respondam aos desafios do ambiente, superando e humanizando a realidade enquanto sujeitos de seu conhecimento.

OBJETIVO GERAL

Saber a importância da Função da Escola na Construção de Valores Sociomorais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Conhecer a construção dos valores no ambiente escolar: um estudo de caso Escola e cidadania;
- Diferenciar Educação e valores morais;
- Refletir sobre a educação de valores e sua importância para o pós-pandemia.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONSTRUÇÃO DE VALORES NA ESCOLA
A CONSTRUÇÃO DOS VALORES NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO
ESCOLA E CIDADANIA
DIREITOS HUMANOS NA EDUCAÇÃO, UM PILAR PARA O EXERCÍCIO DA CIDADANIA E A CONCRETIZAÇÃO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA
VALORES NA ESCOLA
EDUCAÇÃO E VALORES MORAIS
EDUCAÇÃO MORAL HOJE: CENÁRIOS, PERSPECTIVAS E PERPLEXIDADES

EDUCAÇÃO E VALORES PÓS PANDEMIA
A EDUCAÇÃO DE VALORES E SUA IMPORTÂNCIA PARA O PÓS-PANDEMIA

REFERÊNCIA BÁSICA

KANT, I. Beantwortung der Frage: was ist Aufklärung. In: Kant, I. Ausgewählte kleine Schriften. Hamburg: Felix Meiner, 1969.
LIPOVETSKY, G. A era do vazio: ensaio sobre o individualismo contemporâneo. Lisboa: Antropos, 1989.
LYONS, D. As regras morais e a ética. Trad. Luis Alberto Peluso. Campinas: Papirus, 1990.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LYOTARD, J.-F. A condição pós-moderna. Lisboa: Gradiva, 1985.
MATTÉI, J.-F. A barbárie interior. São Paulo: unesp, 2002.
MONDIN, J.B. O homem quem é ele?: elementos de antropologia filosófica. Trad. De R. Leal Ferreira e M.A.S. Ferrari, 11.ed. São Paulo: Paulus, 2003.

PERIÓDICOS

ROUSSEAU, J.-J. Emilio ou da educação. São Paulo: Bertrand Brasil, 1992.
ROUSSEAU, J.-J. Do contrato social. São Paulo: Martin Claret, 2007.

581	Gestão Democrática e Financeira da Secretaria Escolar	45

APRESENTAÇÃO

Evolução Histórica das Políticas Públicas; Políticas Públicas No Estado de Bem-Estar Social; Políticas Públicas Para as Minorias; Importância; O Ciclo das Políticas Públicas; O Programa No Planejamento Governamental; Avaliação de Políticas e Programas Governamentais; Políticas Públicas Para Educação No Brasil; Dimensões de Uma Educação de Qualidade Pela Unesco e Banco Mundial – Breves Comentários; A Gestão Democrática da Educação Básica; Elementos da Gestão Democrática; Instrumentos e Estratégias de Gestão Democrática; Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae); Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec).

OBJETIVO GERAL

Compreender que o gestor é um dos principais responsáveis pela execução de uma política que promova o atendimento às necessidades e anseios dos que fazem a comunidade escolar.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Identificar que a escola precisa rever o papel do gestor escolar no sentido de promover a gestão democrática como prática mediadora do trabalho pedagógico. Saber que a gestão democrática pressupõe a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar – pais, professores, estudantes e funcionários em todos os aspectos da organização da escola.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO À GESTÃO DEMOCRÁTICA E FINANCEIRA DA SECRETARIA ESCOLAR
EVOLUÇÃO HISTÓRICA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
POLÍTICAS PÚBLICAS NO ESTADO DE BEM-ESTAR SOCIAL
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MINORIAS
IMPORTÂNCIA
O CICLO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS
O PROGRAMA NO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL
AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS E PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO NO BRASIL
DIMENSÕES DE UMA EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PELA UNESCO E BANCO MUNDIAL – BREVES COMENTÁRIOS
A GESTÃO DEMOCRÁTICA DA EDUCAÇÃO BÁSICA
ELEMENTOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA
INSTRUMENTOS E ESTRATÉGIAS DE GESTÃO DEMOCRÁTICA
O CONSELHO ESCOLAR
A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES (APM)
A GESTÃO FINANCEIRA E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA
FONTES DE RECURSOS
FUNDEF/FUNDEB
GESTÃO FINANCEIRA DA ESCOLA
O PLANEJAMENTO E O PROJETO POLÍTICO- PEDAGÓGICO (PPP)
OS PLANOS E PROGRAMAS FEDERAIS
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA (PDE) E O FUNDO DE FORTALECIMENTO DA ESCOLA (FUNDESCOLA)
PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA (PDDE)
PROGRAMA DE FORTALECIMENTOS DOS CONSELHOS ESCOLARES
PROGRAMA NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO (PNLD)
PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE)
PROGRAMA NACIONAL DE ACESSO AO ENSINO TÉCNICO E EMPREGO (PRONATEC)

REFERÊNCIA BÁSICA

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB n.9394/96.

DOURADO, Luiz F. (org.). Conselho Escolar e o Financiamento da Educação no Brasil. Cadernos do Programa de Fortalecimento dos Conselhos escolares. Brasília: MEC, 2006.

GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão democrática nos sistemas e na escola. Brasília: Universidade de Brasília, 2007.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS

JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BARROSO, João. O reforço da autonomia das escolas e a flexibilização da gestão escolar em Portugal. In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.).Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios. São Paulo: Cortez, 1998.

BATISTA, A. S. et al. Envelhecimento e dependência: desafios para a organização da proteção social. Brasília: MPS/SPPS, 2008. (Coleção Previdência Social, v. 28).

FREIRE JUNIOR, A. B. O controle judicial de políticas públicas. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2005.

FREITAS, H.C.L. et al. PDE: evidências no município de Dourados. In: FONSECA, M.;

TOSCHI, M.S.; OLIVEIRA, J.F. (Org.). Escolas gerenciadas: planos de desenvolvimento e projetos político-pedagógicos em debate. Goiânia: UCG, 2004. p. 55-80.

PERIÓDICOS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Associação de Pais e Mestres (2006). Disponível em: <http://www.centropaulasouza.sp.gov.br/cetec/geslinf/apm/constituicao_apm.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2015.

OLIVEIRA, João Ferreira de; DOURADO, Luiz Fernandes; SANTOS, Catarina de Almeida. A qualidade da educação: conceitos e definições. Brasília: MEC/INEP, 2007. Disponível em: <http://www.publicacoes.inep.gov.br/arquivos>. Acesso em: 2 jul. 2015.

20	Trabalho de Conclusão de Curso	30

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos Pedagogos, professores, administrados e profissionais das redes pública e privada de ensino que atuem ou pretendam atuar na área de gestão e administração de uma instituição escolar.